

## Roberto Carneiro

Coordenador do Observatório da Imigração

Cumprem-se, neste ano de 2013, 10 anos volvidos sobre a criação do Observatório da Imigração (OI), no âmbito do então ACIME, hoje ACIDI.

O OI nasce de um convite “venenoso” e “irrecusável” que me foi formulado pelos Alto-Comissário e Alto-Comissário Adjunto, Rev. P. António Vaz Pinto e Dr. Rui Marques, companheiros de lutas e de ideais ao longo de décadas conduzidas nas mais variadas frentes.

Estava eu longe de imaginar o impacto que o OI viria a ter e as ondas que viria a provocar, qual tsunami rebelde lançado no meio académico mais próximo da problemática das migrações. Mas, acima de tudo, nada fazia prever a influência que o OI viria a ter no quadro da concepção e formulação da política pública do Alto-Comissariado e, mais amplamente, dos Governos que se sucederam nesta década de operação ininterrupta do OI. E afirmo-o com plena evidência empírica, quem como eu que, ao longo de quarenta anos vem observando e investigando sistematicamente o distanciamento trágico entre a qualidade geral da política pública, nos variados segmentos da governação, e o crescente corpus científico que, nesses mesmos sectores de intervenção pública, se vem inequivocamente acumulando, fruto da intensificação do labor científico e académico que se regista, nos planos nacional e internacional.

Um importante *spin-off* da atividade do OI foi a criação da Revista Migrações (RM). O seu primeiro número veio a público em 2007, há 6 anos, tendo sido dedicado ao tema Imigração e Saúde. Entre números temáticos, e não temáticos, vamos já no número 11, sendo digno de menção estarmos em presença da 3ª edição de um número não temático, circunstância que denuncia bem a oportunidade de criação da RM e a sua implantação no meio académico medidas, neste caso, pela afluência de *unsolicited articles* que jovens e consagrados investigadores nos vêm fazendo chegar.

Será de inteira justiça sublinhar que o mérito da RM se deve, no essencial a cinco fatores:

1. O inequívoco apoio político que as tutelas sucessivas vêm concedendo à continuidade da publicação – Altos Comissários e Membros do Governo com a pasta da imigração – sobretudo em tempos de “vacas magras”, quando todo e qualquer gasto público demanda a obediência a critérios rigorosos de custo-eficácia e de avaliação de resultados.
2. A atividade silenciosa, denodada e generosa da Dra. Catarina Reis Oliveira, coordenadora editorial, assegurando em exclusivo, e com inultrapassável dedicação, o suporte executivo e logístico à feita da RM.
3. A aceitação da responsabilidade pela coordenação dos números temáticos por parte de uma plêiade de investigadores nacionais que muito nos honra e anima a continuar a pedir-lhes a melhor ajuda e assistência editorial.

4. A reunião de um conjunto de notáveis académicos na formação da Comissão Científica da RM que, totalmente *pro bono*, são os garantes dos critérios de qualidade que vêm caracterizando a publicação, seja na programação dos seus números, seja na abnegada atividade de *peer evaluator*, sempre conduzida de forma independente e criteriosa, dos artigos submetidos a publicação.
5. O estímulo constante – quer pelas palavras de encorajamento, quer pelas críticas construtivas – que recebemos dos leitores da RM.

Somente a feliz conjugação e convergência sinérgica destes cinco fatores explica a longevidade da RM e a sua contumácia na manutenção dos altos padrões de exigência que adota como *journal* científico de referência no domínio dos estudos de migrações.

Dito isto, permitam-me que teça algumas considerações de natureza mais estratégica por ocasião da dupla efeméride em presença: OI (10 anos) e RM (6 anos). Fá-lo-ei na perspetiva da fundamentação de cinco combates fundamentais que têm norteado o nosso labor e que se apresentam hoje com incontornável prioridade aos portugueses e, num quadro amplo, ainda com maior premência, aos europeus, aproveitando para, deste modo, enquadrar os artigos do presente número da RM.

### **Combate # 1: Acolher o outro ao invés de o rejeitar**

A realidade pós-moderna elegeu como seu símbolo maior a afirmação do diverso (humano, étnico, cultural, religioso, ecológico, linguístico, antropológico, filosófico, ...). Essa saudável libertação de um ordenamento social, cultural e económico assente no paradigma de uma máquina social de recorte industrial, em que todo o futuro se explica por subordinação a condições iniciais pré-estabelecidas, conhece uma deriva resultante da afirmação preocupante de um individualismo infrene. O fenómeno acaba por prevalecer sobre o genótipo.

A Europa, continente tradicionalmente de emigração – foi com origem nas descobertas e nos fluxos migratórios de europeus para outras regiões que a história conheceu o trânsito para a modernidade – vê-se agora defrontada com questões candentes de governabilidade dos novos contingentes de imigrantes que a ela afluem diariamente e com a gestão da diversidade.

São os ilegais norte-africanos, aqueles mais afortunados que conseguem escapar ao naufrágio fatal, na desesperada tentativa de atravessar as duas margens que separam a África da Europa, seja em Lampedusa, seja nas ilhas Canárias, que de balde perseguem a ilusão de refrigério para a sua total destituição perante a indiferença europeia para o seu drama. São os turcos na Alemanha, os albaneses em Itália, os asiáticos no Reino Unido, os europeus de leste em Portugal, e por aí fora. Assim, aos 6 milhões de cidadãos da UE residentes num outro Estado Membro, somam-se 13 milhões de imigrantes extracomunitários legalizados, ou seja 3,5% da sua população, a que acresce um sem número de “não-cidadãos” que deambulam clandestinamente pelos interstícios de uma sociedade da abundância que a quer reservar só para os seus.

E, reconheça-se, a Europa está ferida de grave contradição. Por um lado, necessita vitalmente de imigrantes para se renovar demograficamente atendendo à sua baixa taxa de natalidade. A sustentabilidade do seu modelo económico e social, assim como a dos seus sistemas de segurança social, dependem de nova força de trabalho que só pode vir de fora nas próximas três décadas, no mínimo. Por outro, ela proclama solenemente a falência do modelo de sociedade multicultural e as forças políticas extremistas vêm obtendo ganhos eleitorais sistemáticos num continente ferido por uma dupla crise, a económico-financeira e o declínio ético, desferindo discursos ferozmente xenófobos.

Assistimos a uma falsa sacralização do interesse próprio e egoísta, ao ponto de erigir como politicamente correto um relativismo ético feito de renúncia a valores comuns em nome da superioridade fragmentária que emerge do exercício de uma liberdade pessoal sem contrapartida no plano da responsabilidade comunitária.

Agravando este vazio de valores, generaliza-se a ideia de que todo o progresso científico e tecnológico goza, por direito próprio, de auto-legitimação como novo culto do iluminismo<sup>1</sup>: Perante a impotência dos imperativos éticos grassa um imperativo tecnológico que sanciona automaticamente a conversão de toda a potência em ato. Do mesmo passo, a disseminação de uma cultura hedonista de curto prazo, feita de consumo material ilimitado, desvaloriza o diferimento de gratificação que sempre esteve na base de valores superlativos de solidariedade e de gratuidade.

Ainda o alastramento de um ambiente competitivo global sem tréguas leva o *homo economicus* a funcionar numa lógica permanente de gladiador. Nesta *ratio* destrutiva, a sobrevivência dos autóctones, e a defesa dos seus confortos, implica o enfraquecimento, senão o extermínio dos novos forasteiros, na arena do combate desigual.

A fragmentação de valores não surge apenas como mero fenómeno conjuntural. O ascenso de uma nova ordem diversa e multicultural gerou uma doutrina adversa à afirmação das instâncias básicas de socialização, ou seja, ao papel das instituições de enquadramento axiológico: estamos defrontados com uma nova questão estrutural e estruturante da sociedade. É a verdadeira “implosão” da família, da escola, das igrejas, do Estado, das comunidades de pares e de pertença – os tradicionais operadores e transmissores de valores, atitudes e comportamentos – sem que, em compensação, a sociedade organizada proponha uma alternativa credível.

Os sinais de preocupação são inequívocos, a vivência da solidariedade como cimento da socialidade encontra-se em franco declínio. É o “salve-se quem puder” na prossecução da regra de conduta para resistir à crise que consiste em que o mais forte, o mais inteligente, o mais poderoso, sobreviva à custa, e em detrimento, do mais fraco, do destituído ou do sem poder.

As narrativas humanas de entreatada e de abnegação são para os “piegas” – o que importa é adorar a lei do mais forte. O frágil é cada vez mais mal-amado e descartável na compita quotidiana por evidência mediática. E, contudo, estamos rodeados

de histórias diárias de heroicidade humana e de abnegação que passam sem ribalta nem reconhecimento, ainda que um olhar atento sobre o outro seja ainda o remédio para mudar o curso do planeta.

- No artigo “Highly Skilled Immigrants in Portugal” Catarina Reis Oliveira & Vera Fonseca fazem uma interessante digressão pela imigração de elevado capital humano, para acabar colocando a pergunta fundamental que é a de saber se nos tempos atuais, quando dezenas de milhar de portugueses portadores de estudos superiores avançados demandam outras paragens em busca de atividade compatível com as suas legítimas aspirações, Portugal pode ser atrativo à imigração de altas qualificações. Está aqui lançado o duplo olhar atento: sobre os nossos emigrantes jovens e sobre os imigrantes, sendo que ambos os grupos são altamente qualificados e as suas sortes se cruzam em dinâmicas simétricas e conjugadas de sonho, vulnerabilidade e abnegação.
- Sandra Figueiredo brinda-nos com o artigo “Comportamento de descodificação e constrangimentos fonéticos em aprendentes de Língua Segunda: nova perspetiva para o modelo estruturalista”, introduzindo na RM uma importantíssima reflexão contemporânea. Na realidade, a escola da modernidade foi erigida como um instrumento modelador do cidadão padronizado do Estado-Nação, tendo pois na sua origem a intenção oculta de reprimir o diverso e de impor a língua de cidadania maioritária. Esse modelo é hoje dificilmente compatível com a realidade do Estado de Nações e com o imperativo de melhor respeitar o idioma e a fonia originários das crianças que chegam aos primeiros níveis de escolaridade formal. A autora fornece dados interessantes de uma bateria de testes especificamente desenhados para aferir o desempenho de aprendentes de Língua Segunda nas provas de segmentação e de pares mínimos, no seio de comunidades multiculturais.

## **Combate # 2: Valorizar a interdependência, motor de éticas de entreaajuda**

Ao invés da derrocada de capital de comunidade que vimos denunciando, a verdade é que num mundo em rede, permanentemente interligado e submetido a poderosas forças de intercomunicação, a consciência humana é também interdependente. Não há, pois, valores inteiramente privativos: todos os valores pessoais se entrechocam e enriquecem mutuamente, gerando um espaço público potencialmente rico de uma ética comum.

***Eu sou o que é a comunidade e esta é o que eu sou!*** - ensina-nos a ancestral sabedoria Ubuntu. O horizonte da relação joga-se em diversos planos assim como a existência humana, ela própria, se desenrola em diversos tabuleiros. Está em causa a relação cuidada com o outro (care)<sup>2</sup> medida pelo princípio da reciprocidade e que compreende cinco dimensões nucleares:

1. Confiança recíproca – quando há “transações” entre pessoas baseadas na cumplicidade e na previsibilidade.

2. Empatia ativa – quando cada membro se esforça por compreender as necessidades do outro e mantém uma postura de “escuta” permanente.
3. Acesso a ajuda – quando são automáticos os comportamentos de entreajuda assentes num espírito de disponibilidade.
4. Benevolência no julgamento – quando se estimula a experimentação e se levam em conta as circunstâncias atenuantes do erro ou da falha humana.
5. Coragem – quando a comunidade “remunera” a submissão de novos conceitos ao seu julgamento e cultiva a expressão despreconceituada do contraditório.

Nos finais de 2001, no contexto de uma reflexão coletiva sobre os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro em Nova Iorque, um ilustre grupo de investigação constituído por diversas personalidades que se reúnem duas vezes por ano na cátedra de Adam Smith, na Escócia, para pensar um Novo Iluminismo, deliberou encomendar uma sondagem à escala mundial. Nessa mega-sondagem realizada a cerca de 10 000 domicílios, numa amostra estratificada por diversos continentes e culturas, revelou-se uma notável convergência de perceções.

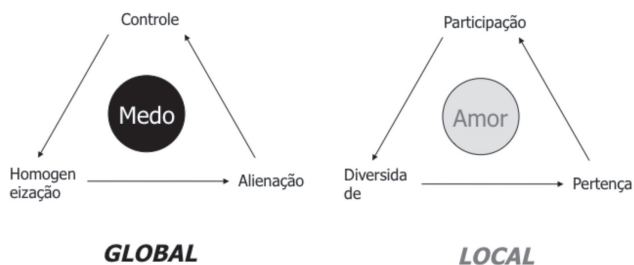
Foram postos em confronto dois “ciclos” alternativos relativos ao modo como a humanidade vê a sua inserção no mundo. O Homem contemporâneo sente-se cada vez mais participante no destino planetário, cidadão da aldeia global, membro de uma família humana alargada e ator no teatro vertiginoso da vizinhança global. Por outro lado, verifica-se um movimento de sentido contrário: uma maior busca de raízes, a construção de uma identidade marcada por fatores locais, a emergência de novos comportamentos “tribais” e a febril procura de novas vizinhanças locais. A mescla de duas vizinhanças aparentemente contraditórias gera um fenómeno surpreendente: a *glocalização*, segundo o baptismo sugestivo de A. Morita.

Num primeiro ciclo, o sentimento dominante é o medo. Esta perceção é de natureza global, vem impulsionada por fatores que escapam ao controlo e à capacidade de intervenção de cada um (terrorismo, insegurança, violência, guerra), e decorre de uma sensação crescente de alienação sob o jugo de forças homogeneizadoras de carácter mundial.

O ciclo alternativo prefere o jogo das forças de vizinhança e a predominância da lógica local. Num quadro que convida à participação de proximidade, os sentimentos de pertença e a inserção em comunidades naturais favorecem a natural emergência da diversidade humana. A resultante é a prevalência de uma reconfortante sensação de segurança e de proteção que só a afetividade humana de vizinhança pode proporcionar.

Assim, enquanto no primeiro ciclo prevalece a lógica da globalização e da comunicação “distal”, no segundo emerge a força das emoções e da relação “proximal”.

## Dois “ciclos” alternativos



Fonte: *International Futures Forum (2001), St. Andrews*

Nos trabalhos subsequentes do *International Futures Forum* os dois ciclos anteriormente descritos foram designados por paradigmas contrastados: 1º Iluminismo vs. 2º Iluminismo, por alusão ao papel que a Europa teve há sensivelmente três séculos atrás na propositura de um novo modelo de sociedade assente na razão, na ciência e na tecnologia como forças prometaicas de progresso; e, por oposição, o desafio da redescoberta de um novo Iluminismo no qual os elementos dominantes do “século das luzes” possam ser compensados com outros fatores determinantes do bem-estar da humanidade: afetos, emoções, espiritualidade, beleza, ética, confiança, comunidade, ...

Não deixa de ser motivo urgente de reflexão que, num tempo em que os valores partilhados parecem declinar, o antídoto à supressão dos afetos que amaldiçoam a civilização utilitária do presente assuma indeclinável prioridade. “Cultivar a amizade”, segundo a luminosa proposta de St. Exupéry, assume uma renovada e crescente atualidade<sup>3</sup>.

- No seu artigo para a RM “Identidades, pertenças e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa”, Alejandra Ortiz descreve uma investigação meticulosa que realizou contemplando construções identitárias de processos de hibridação cultural. Estão em jogo interações locais de relacionamento assimétrico de poder e de cultura que conduzem os jovens descendentes de origem africana a buscar novas definições identitárias, perpassadas de emoções e de afetos, numa megalopolis que os marginaliza.

### **Combate # 3: Encorajar as narrativas emancipadoras, a consciência da relação e a construção de capital social**

Nas histórias de emancipação humana, valores como a defesa da vida, o respeito pelo ambiente, a honestidade como norma de conduta, a justiça na relação entre pessoas, surgem naturalmente como bens universais, logo descontextualizados ou insuscetíveis de relativização conjuntural.

Bruner, notável psicólogo contemporâneo, analisou perspicazmente o horizonte amplo em que decorre a narrativa humana<sup>4</sup>: A narrativa deve construir duas paisagens simultâneas. Uma é a paisagem da ação, em que os constituintes são os argumentos da ação: agente, intenção ou objetivo, situação, instrumento, algo que corresponde a uma 'gramática da história'. A outra é a paisagem da consciência: aquilo que os comprometidos com a ação sabem, pensam ou sentem, ou não sabem, não pensam ou não sentem. Estas duas paisagens são essenciais e distintas.

Mas a verdade é que a paisagem da consciência humana padece de orfandade. A vertigem tecnológica tomou posse do quotidiano. A velocidade em que se processa a mudança vai aumentando e dificulta a interiorização da crise.

A ética social contemporânea – enviesada e esvaziada pela visão utilitária do economicismo neoclássico – é fortemente tributária do êxito, isto é, da ação bem sucedida numa paisagem que remunera resultados e a consecução de metas tanto quanto possível quantificadas.

A humanidade vive drenada e subjugada pela necessidade da ação vital, senão mesmo do ativismo mensurável segundo indicadores de utilidade mais ou menos imediatista. Nesta lógica, não deixa de ser sintomática a ideologia da urgência que nos faz prisioneiros de um tempo subjetivamente fugidio e fora de controlo pessoal.

O tempo interior – aquele que faculta o adensamento da consciência profunda da vida e o discernimento do essencial face ao contingente – é escasso. Por isso, a ação é frequentemente destituída de propósito e o desgaste da vida quotidiana aparece tão aflitivo sempre que a paisagem da consciência não acompanha, em crescimento, a explosão da atividade.

A consciência humana é o terreno privilegiado da *metanoia*. O aperfeiçoamento dos valores sobre que assenta a existência humana é o fermento da transformação interior, única que proporciona a perspectiva sustentável do progresso espiritual, isto é, do *thymos*, e não apenas do *eros* ou do *nous*<sup>5</sup>.

O ser humano está genética e espiritualmente “condenado” a viver em sociedade e em família. Estas regem-se por normas que são a decantação cultural de percursos emancipadores, densos de humanidade, que atravessam gerações e anos de convivência civilizacional. M. Carrithers<sup>6</sup> escreve-o com especial vigor:

*“The fact that we are social animals is not just an adventitious, accidental feature of our nature, but lies at the very core of what it is to be human. We simply could not live, could not continue our existence as humans, without our sociality. As Maurice Godelier wrote «human beings, in contrast to other social animal, do not just live in society, they produce society in order to live». We cannot know ourselves except by knowing ourselves in relation to others.”*

Os processos humanos interpenetram-se na intersecção de três formas de capital que resultam, por sua vez, de outros tantos processos de acumulação: capital humano (económico), capital cultural (simbólico), capital social (relacional).

O capital humano corporiza-se na base de saberes com valor económico os quais são potencialmente geradores de fluxos de rendimento sustentável. O capital cultural é constituído pela base simbólica de estatuto e poder (corporizado, objectivado, ou mesmo institucionalizado). O capital social é a base da vida comunitária, traduzida em recursos relacionais duráveis e traduzidos na formação de redes, fechadas e abertas. O último destes capitais tem implicação notória para o desenho dos valores e para a sua preservação intergeracional. Na história de cada pessoa não há sempre a mesma probabilidade de ocorrência de cada evento. A vida humana não se rege pelos parâmetros de um jogo de azar como a roleta. À medida que se vai acumulando experiência (aprendizagem) e sabedoria a probabilidade de eventos similares vai sendo modificada.

Por isso, o capital social e o associativismo são portadores de vantagem; podem contabilizar-se “lucros” imateriais resultantes da “pertença”. O capital social pode ser “medido” pelo conjunto das obrigações e expectativas que se geram no seio de determinada comunidade, ou seja, pela densidade de “créditos e débitos” que ligam em redes os respetivos atores.

A “capitalização social” está na base de toda a relação solidária entre humanos, é a raiz e o sustentáculo de comunidades onde as pessoas confiam umas nas outras e onde o “dever de solidariedade” se confunde com a dádiva sem expectativa de retorno. A viagem segura e que leva a bom porto necessita de bússola. Na desorientação, dificilmente a navegação poderá ser devidamente levada a cabo. Com efeito, os verdadeiros valores, aqueles cuja aprendizagem social se afigura prioritária para a estabilidade das comunidades humanas, não obedecem a um mercado de conveniência. A sabedoria da vida, aquela que é o sustentáculo duradouro da felicidade, é normalmente construída a partir do mistério contido e vertido em transações gratuitas que envolvem comunidades de sujeitos e não coleções de meros objetos.

- O artigo deste número da RM, “A globalização vista de baixo: um estudo sobre etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe”, da autoria de Manuel Abrantes, coloca em evidência a importância das narrativas de marginalidade que documentam experiências de vida de imigrantes de origem brasileira na Holanda. O artigo em apreço presta especial atenção a rotas alternativas ao individualismo e à competição tendo por pano de fundo a reconstrução de capital social e de uma saudável solidariedade de classe.



- Na mesma ordem de ideias se inscreve, embora em âmbito manifestamente distinto, o artigo “Mapeamento das comunidades imigrantes e dos seus meios de informação em Portugal”, no qual Isabela Salim nos evidencia a extraordinária relevância das redes sociais informais, e as conexas relações de confiança, para a disseminação de informação crítica sobre o Programa de Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações.

#### **Combate # 4: Cultivar novos horizontes éticos de solidariedade, o problema do desemprego e a partilha do escasso**

Sempre assim aconteceu. Nos momentos de aceleração histórica o Homem viu-se inevitavelmente confrontado com as consequências sociais dos seus atos, das suas próprias invenções, do exercício incontornável da sua liberdade.

Contudo, em todas as análises epocais ressalta uma constante, uma espécie de teorema social invariante. A conquista das vontades para a responsabilidade solidária, visando a edificação de soluções duradouras para os múltiplos problemas das comunidades, passa pela consolidação de uma base ética para a reestruturação corajosa das relações sociais. Dito de outro modo, na ausência de um código de regras comumente aceites, tradutora de valores fundamentais de civilização, dificilmente se convocam energias comunitárias ou se produzem sobressaltos qualitativos de consciência social.

Vivemos precisamente um desses momentos históricos em que a humanidade parece manietada e prisioneira da teia que teceu. Os problemas avolumam-se e a consciência da humanidade vive intranquila na busca desse quantum acrescido de *ethos*.

A humanidade necessita, cada vez mais, de exemplos firmes de solidariedade, onde a entrega ao outro não soçobra perante a primeira dificuldade, em que a força interior para servir não desfaleça nunca sob o peso da idade ou da fraqueza física. Entre os mais instantes problemas sociais contemporâneos avulta o do desemprego que só em Portugal atinge já cerca de 22 % da população ativa – 17,1% taxa de desemprego oficial mais 4,9 % de desencorajados – ou seja cerca de 1,1 milhões de nossos concidadãos sem que vislumbrem receitas seguras para reverter a sua progressão continuada<sup>7</sup>. E isso, abstraindo da redução da população total e da população ativa observada ao longo do último ano: “Em particular, verifica-se uma queda acentuada da população ativa no grupo etário até 35 anos, que engrossa os fluxos migratórios recentes. A emigração de indivíduos jovens, tipicamente com capital humano superior à média, constitui um traço adverso do atual processo de ajustamento da economia portuguesa, constituindo um importante fator limitativo do potencial de crescimento” [Boletim Económico, Banco de Portugal, 2013: 34].

Os contingentes progressivamente mais elevados de desempregados na população ativa em Portugal, comparam-se a valores ainda maiores na Grécia e em Espanha (com taxas já superiores a 25%). Esta situação estrutural está hoje na raiz de grande parte da instabilidade eleitoral, da atração por modelos políticos extremistas e da

multiplicação de sérios avisos à governabilidade democrática das nações europeias. Num plano complementar, é nas comunidades feridas de maior desemprego que se verifica a ascensão da violência urbana e a ancoragem de complexos fatores anómicos, destrutivos da frágil tessitura social.

O avanço do desemprego é a principal causa de neo-pauperismo nas nossas sociedades. Com efeito, o alastramento sistemático dos novos pobres entre nós cria uma enorme vulnerabilidade do chamado modelo social europeu que não encontra respostas eficazes aos fenómenos conexos da perda de cidadania e da centrifugação para a margem da cidade, circunstâncias que acompanham, por via de regra, os atingidos por desemprego económico estrutural e de longa duração, onde pontificam pela sua especial vulnerabilidade os imigrantes. Esta exclusão para a periferia, geralmente unidirecional, isto é, sem sentido de retorno ou de recentragem, reproduz-se por contágio intergeracional e segundo padrões de socialização herméticos. Se ao desemprego larvar se juntar o multiculturalismo e a pluriétnicidade estaremos em presença de uma ebuliência social de contornos preocupantes. A quebra dos vínculos mínimos que viabilizam o funcionamento das sociedades está hoje carregada de coloração. A escala da presente ruptura nos padrões de comportamento social vem agravada pela explosão, sem memória, do consumismo material e do egoísmo individualista que lhe está acorrentado.

O investimento comunitário que é condição *sine qua non* de bem-estar encontra-se na encruzilhada de diversos agentes promotores. Desde logo, as instituições da sociedade civil que tradicionalmente carregam espírito de voluntariado e organizam energias sociais: Igrejas, Misericórdias, IPSS, colectividades, sociedades recreativas, associativismo local, fundações. Depois, os *empreendedores sociais*, isto é, membros da colectividade que assumem a liderança ativa na interpretação das necessidades comunitárias e na mobilização dos meios autónomos para a sua resolução. A criação de riqueza comunitária é uma operação de tanta ou mais complexidade do que a da criação de riqueza produtiva, pelo que exige a formação de uma classe de empresários sociais a quem é devido justo reconhecimento pelo conjunto da sociedade. Da combinação da ação de instituições intermediárias e de facilitadores comunitários poderá resultar o incremento da confiança na respiração do corpo social, requisito básico ao desenvolvimento sustentável e à superação do flagelo do desemprego no mundo atual.

- No presente número da RM o artigo “Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal”, de Catarina Egreja & João Peixoto, é um estudo que claramente denuncia as condições de especial vulnerabilidade que afeta a população imigrante no contexto da precariedade laboral que vivemos em Portugal.

## Combate # 5: Investir no verdadeiro motor do universo: o AMOR

O iluminismo europeu elegeu a razão como motor único do universo.

Mais, na sua ânsia demiúrgica, o homem designa a Ciência e a Tecnologia como critério único para se chegar à Verdade.

O nosso sistema de promoção e de consagração de saberes, desde o 1º ciclo de estudos primários ao 3º ciclo universitário, conducente ao doutoramento, assenta num cânone de conhecimentos codificados, fragmentário, disciplinar, e analítico. Na academia replicamos sistematicamente a ideia de que só é válido aquilo que tem evidência empírica e é explicável por relações de causalidade, apuráveis pela observação de "regularidades". São estas as verdades ditas canónicas que elevamos à categoria de leis, teoremas, axiomas, paradigmas e modelos interpretativos da realidade. Revelação, intuição, emoção, afeto, paixão, são assim elementos perturbadores do bom raciocínio devendo ser liminarmente afastados da postura científica pura.

Mas, ainda que esta fé prometaica nos tenha permitido atingir notáveis, e inegáveis, progressos no plano material, a realidade é que o mundo vive um ambiente crescente de medos e de predação, cavando na humanidade um fosso intransponível entre vencedores (poucos) e vencidos (a multidão).

Ora, em *ultima ratio*, o imperativo auto-legitimizador da ciência e da tecnologia, e o nanismo ético e cultural que o acompanha, vêm-nos colocando interrogações prementes de cuja resposta depende dramaticamente o nosso destino comum.

A física newtoniana apurou que massa atrai massa na proporção direta das massas e na razão inversa do quadrado da distância. Posteriormente, a teoria da relatividade geral descreve a gravitação em termos análogos ao das três outras forças fundamentais que explicam o nosso universo físico (electromagnética, nuclear forte e nuclear fraca). O problema teórico consiste, agora, em reunir, numa única "teoria unificada de campo", por um lado, a força gravítica, macroscópica, com as demais forças que atuam num plano eminentemente microscópico, e, por essa sua específica condição, se encontram sujeitas às contingências do princípio da incerteza de Heisenberg. Dito de outro modo, ao observador deixa de ser possível atuar "de fora", na exata medida em que o mero ato de observar altera as características do ente observado.

Mas, há sobretudo dois aspectos que nos interessa salientar nesta brevíssima incursão pelos caminhos da mecânica quântica e da física da relatividade: (i) o de que a relatividade geral surge como uma teoria relacional na qual o que verdadeiramente importa é a dinâmica das interações entre eventos no campo unificado do espaço-tempo, e (ii) o de que, aceitando-se, embora, a gravidade como categoria universal e omnipresente, queda por explicar a *prima ratio*, ou seja, por que razão massa atrai massa.

Teilhard de Chardin deu uma explicação genial para o aparentemente inexplicável na pura lógica das ciências da natureza: massa atrai massa por obra do ... AMOR!

Neste entendimento é este o motor primeiro do mundo, nele ínsito desde o tempo zero que precede o Big Bang e a emergência da primeira partícula elementar, qual impressão digital do seu Criador.

No nosso calendário celebramos este ano um importante cinquentenário. O da morte de C. S. Lewis (Clive Staples Lewis), escritor, filósofo, poeta, ensaísta, acadêmico, professor nas prestigiadas Universidades de Oxford e Cambridge. Nos seus livros, e nas suas multifacetadas intervenções públicas, Lewis personifica o cidadão empenhado na defesa intransigente dos valores do humanismo personalista.

Um dos seus livros mais interpelantes é aquele em que ele discorre fecundamente sobre os quatro amores (*The Four Loves*), a saber: *afeto, amizade, eros, caridade*.

Sem pretender fazer uma exegese da tetralogia de C.S.Lewis, a vertente que nos interessa relevar é a de que na sua Introdução ao livro em apreço ele começa por estabelecer uma distinção conceptual entre o amor-Dom (Gift-love), dádiva gratuita e total, e o amor-Necessidade (Needs-love) expressão pessoal, aparentemente egoísta, da solidão dos “filhos da pobreza” (Platão) na busca de uma relação portadora de sentido para as suas vidas.

No termo de longo e convincente raciocínio C.S. Lewis acaba por negar a sua própria hipótese dicotómica de partida. Ele remata, algo desconcertantemente, com a conclusão de que o amor-Necessidade está perpassado de grandeza na medida em que representa a essência da condição humana: a sua dependência contingencial da relação com o outro [a outra metade de si próprio]. O Amor surge, então, como o operador fundamental da condição humana.

Celebramos neste ano de 2013 ainda uma outra importante efeméride.

São os 50 anos do histórico pronunciamento de Martin Luther King, Jr.: “*I Have a Dream*”:

“Devolver ódio com ódio multiplica o ódio, acrescentando escuridão a uma noite desprovida de estrelas (...) Não procuraremos satisfazer a nossa sede de liberdade, sorvendo do cálice do revanchismo e do ódio (...) Agora, e sempre, elevar-nos-emos à grandeza de enfrentar a força física com a força anímica.”

Martin Luther King, Jr. era doutor pela Universidade de Boston (estudante brilhante, entra na universidade aos 15 anos e alcança o grau de PhD aos 25 anos, em 1955). A sua dissertação de doutoramento debruça-se sobre a obra de Paul Tillich, em particular sobre as suas reflexões em torno da trilogia: Amor, Poder e Justiça (Love, Power and Justice para concluir que na vida, para ter uma existência coerente, cada um terá de encontrar um alinhamento pessoal entre amor e poder, entre deveres e direitos, entre paixão e potência. Escreve Martin Luther King, Jr.: “O poder sem amor é destrutivo, e abusivo, enquanto o amor sem poder é sentimental, e anémico. Esta colisão entre um poder imoral e uma moralidade impotente qualifica a maior crise do nosso tempo.”

Na sua lendária intervenção, cujo cinquentenário festejamos, Martin Luther King legou-nos um sonho, uma utopia mágica, para a viabilização de uma humanidade fraterna, solidária e unida no essencial. Numa passagem empolgante de “I Have a Dream”, Luther King propõe numa simples fórmula o segredo contido no sortilégio de estarmos juntos: “we cannot walk alone”.

Caminhar juntos, irmãos e irmãs, mão com mão entrelaçadas, apresenta-se como o único antídoto contra a política do ódio e da divisão da humanidade em artificiais critérios de cor, de raça, de língua, de cultura, de religião ou de condição socio-económica.

- No seu artigo “Danças africanas em Portugal: práticas artísticas e pedagógicas”, Maria Teresa Fabião da Silva Pinto revela as potencialidades criativas de um verdadeiro entrelaçamento intercultural. Efetivamente, a autora demonstra neste seu ensaio para a RM a fecundidade artística e pedagógica de significações construídas sobre a dinâmica intercultural que relaciona Portugal com as suas antigas colónias africanas.
- Paulo Gracino Junior proporciona-nos uma análise polémica, mas recheada de importantes dados sobre a sociologia da religião, em “Do Reino de Deus às portas do inferno: a migração brasileira, liberdade religiosa e a transnacionalização do pentecostalismo para Portugal”. Neste artigo o bisturi do investigador procura encontrar fundamentos analíticos para a resistência à implantação da IURD no norte de Portugal e ao que ele qualifica como de preconceitos impeditivos de uma verdadeira diversidade religiosa. Será que se poderá caminhar juntos em igrejas com tamanhas diferenças de culto e tradições consuetudinárias? Como sobrepor a força regeneradora do Amor, base estrutural de todas as religiões, à competição desenfreada no “mercado espiritual dos fiéis”?

Em suma, o nº 11 da Revista Migrações reúne inédito e amplo material de estudo. E, permitam-me que o realce, todos os artigos integrados nesta edição partem de um *corpus* de investigação empírica que enriquece o acervo de novo conhecimento científico nos domínios sob escrutínio académico. A Revista Migrações oferece assim mais um importante contributo para uma reflexão fundamentada sobre tão instante problemática com reflexo na realidade portuguesa.

Como afirmei na Nota introdutória ao número de abertura «A Revista Migrações tem como originários e destinatários investigadores, académicos, estudiosos, e público qualificado, universo que procura alargar continuamente a base de conhecimentos e de saberes sobre que repousa a sua reflexão pessoal e institucional em matéria contemporânea de indiscutível importância para a compreensão do fluir das sociedades e do “apertar” do diálogo interpessoal e multicultural» [Vd. Nota do Coordenador]. Assim se cumpre o desígnio originário da Revista com a edição do seu undécimo número.

O ACIDI, através do seu Observatório da Imigração, orgulha-se da adesão de qualificados investigadores ao seu objetivo. Aos muitos e dedicados autores que empres-

tam o melhor do seu saber à corporização deste número 11 da Revista Migrações vai uma palavra justa de muito apreço e de público agradecimento.

Roberto Carneiro  
Director, Revista Migrações

## Notas

<sup>1</sup> Veja-se, a este propósito, a última obra de Fukuyama sobre as alternativas de regulação científica e tecnológica que se abrem ao futuro da humanidade: Fukuyama, F. [2002], *O Nosso Futuro Pós-Humano*, Lisboa: Quetzal Editores.

<sup>2</sup> Foucault, M. (1986 [1984]). *The Care of the Self: The History of Sexuality*, Vol. III. Translated by Robert Hurley. New York: Pantheon.

<sup>3</sup> O poeta indiano Set exprime-o, com eloquente simplicidade, na fórmula: "*I am alone, you are alone, let us be alone together.*"

<sup>4</sup> Bruner, J.S. (1986), *Actual Minds, Possible Worlds*, Cambridge: Harvard University Press.

<sup>5</sup> Referimo-nos, como é bem conhecido, à divisão platónica da alma em três partes conforme consta de "A República" e é enunciado pela boca de Sócrates.

<sup>6</sup> Carrithers, M. (1992), *Why Humans Have Cultures*, Oxford: Oxford University Press.

<sup>7</sup> Boletim Económico, Banco de Portugal, Outubro 2013, pp. 34-36.